



Paulo Barreto: Imprensa, Literatura e as Reformas Urbanas da cidade do Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do XX

Paulo Barreto: Press, Literature and Urban Reforms in the city of Rio de Janeiro in the late 19th and early 20th centuries¹

Juliana Bulgarelli

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo / Brasil

julianabulgarelli1582@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1114-3117>

Resumo: O artigo pretende realizar a leitura de alguns textos do literato Paulo Barreto e de seus pseudônimos, cujo tema central eram as reformas físicas e simbólicas ocorridas no Rio de Janeiro durante o fim do século XIX e início do XX. O objetivo principal é tecer algumas análises e reflexões sobre o papel da imprensa e da literatura no processo de transformação da cidade, identificando como ambas serviram, não somente, como espaço de controle social, que atendiam à estrutura de poder dominante agindo como difusor e mantenedor da ordem vigente, mas também como meio de resistência, não conformismo e vitrine de formas diversas de luta.

Palavras Chave: Paulo Barreto, imprensa; literatura; reformas urbanas; Rio de Janeiro.

Abstract: The article is an examination of some texts by the writer Paulo Barreto and his pseudonyms, whose central theme was the physical and symbolic reforms that took place in Rio de Janeiro during the late 19th and early 20th centuries. The main objective is to weave some analyses and

¹ Este artigo é um prolongamento das análises desenvolvidas na minha tese de doutorado, cujo objetivo central era determinar as representações da modernidade brasileira construídas pelo literato Paulo Barreto e seus pseudônimos no conju to da sua obra.

reflections on the role of the press and literature in the city's transformation process, identifying how both served not only as a space for social control, which served the dominant power structure acting as a diffuser and maintainer of the current order, but also as a means of resistance, non-conformism and a showcase for different forms of struggle.

Keywords: Paulo Barreto, press; literature; urban reforms; Rio de Janeiro.

1 Introdução

Durante o fim do século XIX e início do XX, a imprensa brasileira, assim como a cidade do Rio de Janeiro, passou por um período de intensas mudanças e transformações associadas ao processo de implantação da modernidade e de consolidação do capitalismo no Brasil. Enquanto, na cidade, antigas casas eram totalmente destruídas e substituídas por novas construções, ruas desapareciam dando lugar a modernos bulevares, na imprensa a invenção da luz elétrica, do telefone, do cinematógrafo, dos bondes elétricos, dos automóveis, das máquinas de escrever, dos zepelins, das estruturas de ferro e do telégrafo submarino possibilitavam a ampliação do parque gráfico e a criação da grande imprensa (MARTINS e LÚCA, 2013, p. 116). Desde meados de 1850 os pequenos jornais de quatro folhas e de estrutura simples estavam desaparecendo e dando lugar aos grandes jornais que, com o passar das décadas, procuravam implantar cada vez mais novos artefatos tecnológicos que permitiam não somente maior tiragem, maior qualidade, maior rapidez na impressão, mas também garantiam prestígio e poder diante do público (BARBOSA, 2007, p. 23).

Juntamente com a otimização técnica, os temas abordados nas páginas dos periódicos também mudaram e se diversificaram. A política, centro de interesse dos jornais das décadas anteriores, ainda mantinha seu espaço, mas novos focos de interesse surgiram. O turbilhão de novidades e mudanças trazido pela modernidade se transformou em pauta das notícias dos periódicos da cidade. O público esperava por notícias inéditas, de última hora e a ânsia de conquista de leitores, em virtude da lógica imposta pelo mercado de bens culturais impressos, instaurava a pressão diária pela divulgação de notícias variadas. Os textos pretendiam agora, sobretudo, informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade. Essa valorização do caráter imparcial levava os jornais a

privilegiarem a edição de notícias informativas, em detrimento das de opinião (BARBOSA, 2010, p. 121-122). Antes do seu lançamento, em 2 de agosto de 1875, o jornal *Gazeta de Notícias*, por exemplo, anunciou, em um prospecto de propaganda, qual seria o enfoque de suas publicações:

Além de um folhetim romance a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim da atualidade. Arte, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe a trazer ao corrente os seus leitores. A *Gazeta de Notícias* fornecera aos seus assinantes informações comerciais, que mais possam interessar-lhes, procurando assim merecer a sua benevolência e distinção. (*Gazeta de Notícias*, Prospecto, s/d)

Se o recém-chegado jornal fluminense prometia apresentar aos seus leitores as novas temáticas trazidas pela modernidade, o anúncio da *Gazeta de Notícias* também explicita a importância da literatura para esse novo formato de periódico. Segundo Marie-Ève Thérénty em seu livro *La littérature au quotidien: poétiques journalistiques au XIXème siècle*, a partir de meados do século XIX, uma profunda circularidade entre o jornalismo e a literatura desenvolveu-se devido, principalmente, à presença dos mesmos personagens que atuavam em ambos os meios. O jornal, em razão do seu sucesso e sua popularidade, se tornou rapidamente o principal veículo de difusão de um tipo específico de representação de mundo; a literatura e os literatos, por sua vez, ao assistirem ao triunfo desse sistema midiático tentaram se aproveitar ao máximo das estruturas comunicativas que o jornal poderia lhes oferecer (THÉRENTY, 2007, p. 161). Nesse momento, ainda de acordo Thérénty, a fusão entre os homens de letras e membros da imprensa é completa, uma vez que a profissão de jornalista até então não existia como tal e os jornais eram quase que totalmente escritos por literatos e políticos (THÉRENTY, 2007, p. 86). Utilizando-se da linguagem desses literatos, os jornais acrescentavam às notícias outros tipos de texto literário que agradavam ao gosto do público. Crônicas, poesias, contos e peças teatrais transformam os periódicos não somente em veículos de informação, mas também de entretenimento (BARBOSA, 2010, p. 126). No caso específico da *Gazeta de Notícias*, Machado de Assis escrevia seus “Bons Dias e Boas Noites”, Olavo Bilac e Arthur Azevedo também publicam suas crônicas, enquanto que Raul Pompéia, Silva Jardim e Adolfo Caminha figuram como colaboradores com as suas “Cartas Literárias” (BARBOSA, 2007, p. 28).

Enquanto a escrita literária e a jornalística ainda estavam em processo de formação e consolidação, Paulo Barreto desponta, para alguns estudiosos, como o “o primeiro grande repórter brasileiro do início do século XX” (GOMES, 2005, p. 11). Em seus textos, publicados em diversos periódicos da cidade e assinados majoritariamente por pseudônimos, ele documenta e faz uma reflexão sobre o processo de urbanização e as mudanças sofridas pelo Rio de Janeiro, prestando atenção nas transformações provocadas na população, seus costumes, suas interações e sua sociabilidade. Sua obra reflete as imposições de um governo preocupado em civilizar a cidade e a vida de seus cidadãos em contraste com a realidade do cotidiano da população. A partir de uma observação atenta da cidade em todas as suas esferas e em todas as situações possíveis do cotidiano de seus habitantes, ele construiu importantes interpretações sobre a dinâmica e as características da vida moderna, assim como diferentes representações da modernidade. Os temas de seus textos eram tanto a miséria dos trabalhadores pobres, negros e mestiços, deixados à margem do projeto das reformas urbanas, quanto a vida cotidiana da elite e sua maneira de se adaptar às transformações da cidade. Seu amplo contato com as diversidades sócio culturais da cidade do Rio de Janeiro e a peculiaridade dos seus testemunhos, o levou a ser considerado como pioneiro do jornalismo investigativo:

João do Rio, que estava longe de escrever como Machado, que não chega aos pés do Bruxo como romancista, é mais útil ao jornalismo, porque nos legou algumas inestimáveis lições: foi ele quem praticamente “inventou” a entrevista, a enquête, a reportagem de campo. Foi ele quem ensinou que lugar de repórter é na rua, que o jornalista tem de frequentar “a alma encantadora das ruas”. João do Rio foi o primeiro jornalista a subir os morros do Rio, a entrar nos presídios, a fuçar os antros de ópio, as fumeries, a revelar as religiões, a se interessar, enfim, pelo outro lado de uma cidade já partida. (VENTURA, 2001, p. 45)

Para autores como Ronaldo Salgado, Paulo Barreto estaria em uma espécie de antessala do jornalismo moderno da cidade, pois ao sair às ruas em transformação, ele “rompeu com os limites burocráticos do fazer jornalismo antes restrito aos espaços das redações dos jornais”, captando o sentido das mudanças, seu alcance, suas consequências e a seus resultados imediatos (SALGADO, 2006, p. 64 e 65). Além disso, a crescente proximidade entre a literatura e o jornalismo interessava

particularmente o autor carioca que, em 1905, decidiu interrogar seus colegas escritores acerca dos fatores favoráveis e/ou desfavoráveis dessa relação. Dessa enquete surgiu a série de reportagens *O Momento Literário*. Nela escritores como Olavo Bilac, por exemplo, afirmam que o jornalismo fez um grande bem a todos autores brasileiros, pois publicar seus textos nos periódicos da cidade era a única maneira para que eles fossem lidos. Foi por meio dos jornais que alguns escritores conseguiram atingir um certo número de pessoas que, até aquele momento, os ignoravam. Entretanto, para ele, o mercado jornalístico e a obrigação de se adaptar aos desejos dos leitores e aos meios de impressão corrompiam a arte literária (RIO, 2006, pp.14-20). Assim como Bilac, a grande maioria dos entrevistados permanecia cético em relação à inserção da literatura no espaço jornalístico e às reconfigurações que essa aproximação poderia provocar. Essa desconfiança retratava um dos questionamentos mais recorrentes da modernidade que por meio das novas tecnologias e da criação de uma nova atmosfera de ideias, sentimentos e opiniões produziu uma profunda diversificação dos meios de comunicação e favoreceu o surgimento de novas linguagens. Os jornais, a fotografia e o cinema colocaram em questão todos os valores das artes como a literatura, a pintura e o teatro, assim como questionaram o papel dos artistas no interior das sociedades modernas. Era fundamental, então, descobrir se o imaginário e a subjetividade seriam sacrificadas pela tecnologia do mundo moderno e qual seria o lugar da literatura e dos intelectuais nessa nova realidade (VELLOSO, 1996, pp. 12-25). Nesse contexto, em que a literatura e o mundo jornalístico se confundiam, a leitura e análise de algumas obras de Paulo Barreto nos permite tecer reflexões e interpretações sobre o papel da imprensa e da literatura no processo de transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do XX. Mais especificamente, pretendemos investigar qual a função social da produção literária de Paulo Barreto feita para a imprensa e a maneira como seus textos eram responsáveis pela difusão não apenas de informações e de entretenimento, mas também de valores e de princípios fundamentais para a sociedade carioca da época.

2 Quando o fim do antigo Rio de Janeiro se transforma em notícias de jornal

No dia 16 de fevereiro de 1908 Paulo Barreto acordava imerso em um profundo sentimento de nostalgia causado pelo início das transformações da Praça XV e pela mudança do antigo mercado ali instalado. No dia anterior, ele seguira o movimento dos carregadores, dos carrinhos de mão e das carroças que transportavam para as novas instalações as mercadorias vendidas no velho mercado. Atrás deles, a sujeira e um grande espaço vazio. Pouco a pouco, diante dos seus olhos, a praça viva e barulhenta que anteriormente acolhia todo tipo de riqueza, de abundância, de miséria e de vagabundagem desaparecia, deixando para trás os traços de uma vida desorientada e desolada pelo abandono. Para exprimir sua preocupação e incômodo causados por essas mudanças, Paulo Barreto publica, sob o pseudônimo de João do Rio, a crônica *O Velho Mercado* com as suas lembranças mais marcantes do cotidiano da praça e do comércio. São pequenas histórias que contam a agitação dos vendedores e compradores durante o dia em contraste com os rumores e suspiros dos indigentes que dormiam na praça durante a noite e que davam vida ao lugar. Entretanto, para além da melancolia e da tristeza do escritor, percebemos a sua preocupação em relação ao que seria, segundo suas próprias palavras, o fim do antigo Rio de Janeiro (RIO, 1909, p. 215):

A mudança! Nada mais inquietante que a mudança – porque leva a gente amarrada essa esperança, essa tortura vaga que é a saudade. Aquela mudança era, entretanto, maior do que todas, era uma operação da cirurgia urbana, era para modificar inteiramente o Rio d’outrora, a mobilização do próprio estômago da cidade para outro local. Que nos resta mais do velho Rio Antigo, tão curioso e tão característico? Uma cidade moderna é como todas as cidades modernas (RIO, 1909, pp. 213-214)

Alguns anos antes, em um texto publicado na série *A cidade* do jornal *Gazeta de Notícias*, Paulo Barreto mostrava os inconvenientes das transformações que o Rio de Janeiro estava sofrendo durante os últimos meses. Naquele momento, o maior problema levantado pelo autor era a poeira das demolições que invadiam toda a cidade. Por meio do discurso dos personagens da crônica, porém, é possível compreender que além do problema com a poeira Paulo Barreto começa a se questionar sobre

a necessidade dessas mudanças e, sobretudo, sobre seus resultados. Contudo, segundo suas próprias palavras, nesse instante, ele tinha apenas um pressentimento ruim (X, 1903, p.1). Em 1908 com a demolição da Praça XV e seu mercado, as preocupações do escritor em relação às transformações da cidade se tornaram mais explícitas. Há alguns anos, a população do Rio de Janeiro presenciava casas sendo destruídas, ruas desaparecerem e, a partir dos escombros nascer uma nova cidade que ao se considerar civilizada perdia, de um dia para outro, suas tradições (RIO, 1909, pp. 214-215). Aos seus olhos, essas reformas, que faziam parte de uma “operação de cirurgia urbana”, visavam modificar a antiga cidade, tão curiosa e característica, para transformá-la em uma cidade moderna e civilizada, como todas as outras cidades modernas do mundo, com suas ruas largas, praças, mercados e palácios feitos de ferro, de vidro e de cerâmica. Até esse dia, a Praça XV e seu mercado eram, segundo Paulo Barreto, os únicos endereços que ainda resistiam e mantinham sua originalidade. Essa última mudança se transformou para o escritor no símbolo de um plano de modernização idealizado pela elite brasileira durante o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

Nessa época, a cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de transformações socioeconômicas associadas ao processo de implantação da modernidade e à consolidação do capitalismo no Brasil. Tendo como pretexto uma política de planejamento urbano que visava ao saneamento e ao embelezamento da cidade (CHALHOUB, 2001, p.135), as autoridades cariocas, associadas à elite brasileira, criaram um projeto modernizador que pretendia, por meio de reformas urbanas, acabar com as características da cidade colonial aproximando-a das grandes capitais europeias. De acordo com a teoria de Engels, a organização do espaço urbano em uma sociedade capitalista ou em processo de transição para o capitalismo é um mecanismo de controle social e urbano utilizado pela burguesia com o objetivo principal de organizar e disciplinar a força de trabalho (CHALHOUB, 2001, p.133). No contexto brasileiro, porém, essas reformas expressavam também o desejo de progresso e de civilização das classes dominantes, ao mesmo tempo que correspondiam a uma tentativa de o Brasil seguir os imperativos capitalistas.

Fazia-se necessário, então, remodelar o Rio de Janeiro de maneira a estabelecer a ordem e as premissas de uma cidade moderna e civilizada (GOMES, 1994, p.104). No centro da cidade, uma grande parte das antigas casas, quase totalmente transformadas em habitações coletivas, foi

destruída e substituída por novas construções que valorizavam o espaço urbano e fomentavam o processo de acumulação de capital por meio da especulação imobiliária (GOMES, 1994, p.135). Os habitantes dessas moradias foram expulsos de maneira que o centro da cidade passasse a ser frequentado exclusivamente pela elite. Assim, o Rio de Janeiro adquiriu uma nova composição espacial que o reorganizou física e simbolicamente.

Jornais e revistas noticiavam regularmente as transformações diárias da cidade se mostrando quase sempre favoráveis às reformas. A *Gazeta de Notícias*, em 8 de março de 1904, dia da inauguração solene da Avenida Central, publicou a gravura a seguir. Nela políticos e membros da elite, bem vestidos com seus ternos e cartolas, conversam em meio aos escombros da construção da avenida. Todos parecem admirados diante das numerosas perspectivas que as obras da Avenida Central poderiam trazer para a cidade e para sua população. Concebida inicialmente para servir como eixo de ligação entre o centro da cidade e o porto facilitando o transporte de mercadorias e o trânsito de pessoas, a avenida, rapidamente viu sua função original ser deixada de lado transformando-se em um dos símbolos mais importantes do processo de modernização da cidade. Sua construção, que desabrigou milhares de pessoas e destruiu casas de cômodo e cortiços, marcou a primeira etapa das reformas urbanas e criou um novo espaço de sociabilidade para elite se transformando no símbolo da civilização, do elitismo e da elegância (O'DONNELL, 2008, p. 46). O caráter suntuoso do bulevar era acentuado pelas fachadas de arquitetura eclética que ofereciam um cenário perfeito para o desfile ostensivo da nova sociedade que incentivava o consumo (SEVCENKO, 1999, p. 545). Tudo brilhava: as fachadas de vidro e de mármore, as vitrines, os modernos globos elétricos de iluminação pública, os faróis dos carros. Para as classes dominantes, era somente por meio de transformações como a ocorrida na Avenida Central que o Brasil poderia progredir e seguir em direção ao futuro, como sugere a frase “Para diante” incluída na ilustração.



Ilustração retirada do jornal *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), 08 de março de 1904.

Nesse contexto, as autoridades cariocas impuseram também uma transformação nos costumes, nos hábitos e nas tradições da população com o objetivo de acabar com as antigas tradições coloniais e com os elementos da cultura popular considerados como marca do primitivismo e da barbárie. Essas mudanças estavam associadas a um amplo processo de transformação social ligado, inicialmente, ao processo de abolição da escravidão: momento em que o poder pessoal dos proprietários de escravos foi colocado em questão. Anteriormente, as relações entre proprietários e escravos eram reguladas por uma lógica de dominação e pela perpetuação da dependência, na qual as vontades e o poder individual do “senhor” sempre prevaleciam. Nesse contexto de predominância das relações de dependência entre senhores e escravos, a necessidade de garantir a

submissão do trabalhador estava resolvida: no universo jurídico, o escravo era propriedade privada dos seus senhores e na vida cotidiana o controle social era obtido pelo equilíbrio entre a ampliação de punições e a adoção de ações paternalistas por parte do senhor (CHALHOUB, 2001, p.135). Com o processo gradual de emancipação dos escravos, que terminou em 1888 com a assinatura da Lei Áurea, e a consolidação da modernidade e do capitalismo no Brasil, esses vínculos de dependência foram gradativamente sendo substituídos por relações burguesas moldadas pelas normas econômicas e de mercado compatíveis com a nova organização capitalista da sociedade. Era, então, necessário criar mecanismos para legitimar a pretensa supremacia de certos grupos sociais.

Edmundo Bouças (2000, p. 140) afirma que o projeto ideológico de remodelagem da cidade reforçou as relações entre autoridades políticas e médicas à medida que as autoridades brasileiras associaram o projeto modernizador e civilizador aos ideais de higiene, saúde, limpeza e beleza. Com a exigência de evacuar os detritos, remover a população pobre, proibir a promiscuidade nos cortiços e disciplinar a população, o saneamento material da cidade levou a um regime de higiene moral da população e de adequação dos papéis sociais. Assim, com o intuito de disciplinar a força de trabalho, o governo carioca proibiu a venda de animais na rua, o ato de cuspir de dentro dos bondes, o comércio de leite no qual as vacas eram levadas de casa em casa, a criação de porcos no perímetro urbano, a exposição de carnes, a deambulação de cachorros de rua e a falta de manutenção das fachadas (NEEDELL, 1993, p. 57).

Ainda objetivando atacar as manifestações culturais dos trabalhadores pobres, negros e mestiços, o governo proibiu a capoeira e os candomblés, as festas, as reuniões e algumas modalidades do carnaval organizados por essa parte da população. As classes dominantes queriam, dessa maneira, apagar as marcas da herança negra e mestiça que, para eles, ameaçavam suas pretensões à civilização. Segundo alguns historiadores como Gabriela dos Reis Sampaio, essa tentativa de eliminar os elementos culturais das classes pobres tinha como causa não somente seu caráter pretensamente bárbaro, mais também o medo que as classes dominantes sentiam face ao perigo potencial representado pelos negros (SAMPAIO, 2000, s/p). Esses últimos eram a causa de incômodo constante para os interesses da elite política que considerava que sua presença intimidava os investimentos europeus os quais, nesse momento, se mostravam prudentes e atentos a aparente desorganização do Rio de

Janeiro (NEEDELL, 1993, p. 20). Olavo Bilac resumiu o sentimento de certos intelectuais e membros das classes dominantes da época em relação aos costumes e hábitos dos trabalhadores. No excerto abaixo, publicado em 1906, o escritor nos revela sua opinião sobre a festa da Penha, que, à época, era frequentada principalmente pelos trabalhadores pobres da cidade. Para Bilac, classe trabalhadora era sinônimo de classe perigosa, pois o mundo do trabalho era percebido como uma esfera indiferenciada, fonte de corrupção e acúmulo de valores selvagens como violência, promiscuidade e vulgaridade. A ideologia dominante imaginava os trabalhadores como uma raça à parte, degenerada, bem distante dos ideais de civilização. O medo da contaminação fazia surgir o sentimento de que era necessário construir fronteiras seguras contra esse perigo iminente (ORTIZ, 1998, p. 77). A melhor maneira de se proteger do perigo das classes trabalhadoras era, então, acabar com todas manifestações culturais do “populacho” os excluindo da paisagem da cidade:

Há tradições grosseiras, irritantes, bestiais, que devem ser impiedosas e inexoravelmente demolidas, porque envergonham a Civilização. Uma delas é essa ignóbil festa da Penha. [...] só há um remédio: é dar tempo ao tempo, que é um grande médico. Talvez daqui a alguns anos a orgia da Penha desapareça como desapareceu o entrudo, como desapareceram tantas outras festas bárbaras que se escondem na implacável e insuportável Tradição. (BILAC, 1906, p.1)

Por meio das palavras de Bilac publicadas pelas *Revista Kosmos* também é possível perceber como o discurso modernizador era disseminado pelos periódicos do Rio de Janeiro que, em sua grande maioria, passaram a valorizar os símbolos desses novos tempos em detrimento dos antigos costumes e tradições considerados como marcas do primitivismo e da barbárie. Para Marialva Barbosa em seu livro *História Cultural da Imprensa (Brasil 1800-1900)*, a República colocou em prática um projeto político cujas ideias principais - o progresso e a disciplina - precisavam de novos aliados para serem disseminadas: figuras de destaque na imprensa que, assim como Bilac, fossem capazes de expandir as múltiplas falas dos grupos dominantes, construindo ao mesmo tempo uma unidade discursiva em torno do mesmo projeto político (BARBOSA, 2010, p. 119).

Entretanto, ao retomarmos a crônica *O Velho Mercado* e o texto da séria *A cidade* percebemos que as dúvidas e os questionamentos

de Paulo Barreto e seus pseudônimos em relação às reformas urbanas da cidade marcam um contraponto interessante dentro dessa função normativa que era atribuída aos periódicos nesse momento. O autor, ao retratar o incômodo de seus personagens diante das mudanças sugere como a imprensa também acabou sendo usada como espaço de questionamento das novas normas impostas. No próprio texto sobre as transformações da Praça XV e a mudança do antigo mercado, o escritor demonstra sua preocupação em relação à normatização das formas, dos costumes e dos hábitos da população carioca. Mesmo se Paulo Barreto se mostra, na maioria das vezes, entusiasta diante das novidades trazidas pela modernização, ele também é crítico em relação as mudanças, principalmente quando ele percebe que a cidade e a população estão perdendo suas características tradicionais e específicas. Segundo ele, a busca constante de paradigmas civilizados acabou transformando o Rio de Janeiro em uma cidade que se assemelha a qualquer outra metrópole moderna do mundo, assim como o carioca também se transformou no reflexo de todos os outros homens modernos:

[...] ruíram casas, instalaram igrejas, desapareceram ruas e até ao mar se pós barreiras. Desse escombros surgiu a urbs conforme a civilização, como ao carioca, bem carioca, surgiu da cabeça aos pés o reflexo cinematógrafo do homem das outras cidades. Foi como nas mágicas quando há mutação para a apoteose. [...] E tal qual o homem, a cidade desdobrou avenidas, adaptou nomes estrangeiros, comeu à francesa e viveu à francesa (RIO, 1909, pp. 214-215)

Em seus textos, além das críticas diretas às transformações da cidade, também era constante a reprodução de algumas contradições que existiam entre as aspirações das classes dominantes e o cotidiano da população. Em uma crônica publicada no jornal *Gazeta de Notícias* em 5 de outubro de 1903, por exemplo, o escritor, sob o pseudônimo de X, transcreve um diálogo entre dois personagens que estavam indo trabalhar de bonde. O tema da conversa era a proibição e a perseguição da polícia aos jogos de azar. Enquanto um personagem se posiciona totalmente contra a proibição que, segundo ele, faria os jogos ainda mais atraentes, o segundo personagem constrói um discurso “politicamente correto” para defender a nova lei. Segundo ele, a polícia tinha por dever perseguir os jogos, assim, quando os jogadores inveterados tomassem consciência que seu vício poderia os levar a prisão, eles parariam de jogar

e a cidade seria definitivamente liberada da peste do jogo. Chegando na sua parada, contudo, o fervoroso defensor da proibição dos jogos parte apostar cinco mil réis no jogo do bicho.

A ironia da cena evidencia o fato de que nem sempre era fácil para a população coincidir seus hábitos com os novos modelos de comportamento, na medida em que algumas regras impostas pela modernização estavam muito distantes das suas práticas cotidianas vigorosas, criativas e relativamente autônomas (CHALHOUB, 2001, p. 255). A não adequação às normas marca também a resistência desse grupo em relação aos novos códigos de conduta da época. Além disso, nessa crônica, percebemos a importância do papel exercido pela força policial nesse contexto de imposições de uma ordem burguesa. Ela exercia, por um lado, uma função de vigilância – na medida em que era necessário garantir a disciplina da força de trabalho – e, por outro, uma função de repressão direta, pois sua responsabilidade era punir e prender todos aqueles que se recusavam a aceitar as novas regras de comportamento. No caso específico dos dois personagens de Paulo Barreto, vemos como a população acredita que somente as forças policiais eram capazes de resolver o problema da dependência aos jogos de azar, tão comuns na cidade do Rio de Janeiro. Era preciso perseguir todos os jogadores e os fazer compreender como seu vício os poderia levar para a prisão. A concordância entre o que os personagens creem ser o “pensamento correto” no que diz respeito às apostas e o papel repressor da polícia sugere uma postura aparentemente de submissão e obediência da população em relação às autoridades. Conforme a obra *O Rio de Janeiro do meu tempo* de Luiz Edmundo (1957), essa aparente submissão seria o resultado de um condicionamento há muito tempo enraizado na mentalidade dos trabalhadores, segundo o qual protestar contra as autoridades seria um crime grave e passível de punição. Entretanto, ao fazer uma aposta logo que chega ao seu destino, o personagem nos mostra que a sua postura de obediência se opunha, algumas vezes, a uma atitude de resistência. Mesmo ciente que as relações de força não são favoráveis a população, o personagem resiste ao que lhe é imposto e conserva seus antigos hábitos, reforçando assim seus valores e seus comportamentos simbólicos e independentes dos projetos e dos modelos culturais impostos pelas classes dominantes (CHALHOUB, 2001, p. 303).

O jornal *Gazeta de Notícias* do 6 de março de 1904 representou, por meio de uma imagem, a relação de força existente entre a polícia da cidade

do Rio de Janeiro e os trabalhadores pobres, negros e mestiços que tinham o hábito de apostar nos jogos de azar, principalmente no jogo do bicho. Essa gravura mostra dois personagens que conversam. O primeiro queria saber o resultado do jogo do dia e o segundo, visivelmente descontente com a pergunta do companheiro, respondeu que, para ele, o resultado tinha sido a visita da polícia. Confirmando o papel da força policial na prevenção e na repressão dos jogos, o desenho revela, sobretudo, a maneira como os jogadores eram representados pelos periódicos da cidade: homens feios, malvestidos, mal barbeados, sujos, a imagem da cidade do Rio de Janeiro antiga que deveria mudar, se civilizar e se modernizar. Corroborando com o discurso das classes dominantes, a *Gazeta de Notícias* defendia a ideia de que acabar com os jogos de azar significava também fazer desaparecer esses homens, vistos como preguiçosos, interessados somente no dinheiro recebido facilmente nas apostas e, dessa maneira, concretizar o projeto das classes dominantes: transformar esses homens em trabalhadores dotados de uma conduta inquestionável e coerente com as novas normas capitalistas modernas. Entretanto, para a população marginalizada que tentava se inserir em um mercado de trabalho em formação, o jogo era uma alternativa para sobreviver.

Ilustração retirada do jornal *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), 06 de março de 1904



Por outro lado, não era fácil para a polícia controlar o desenvolvimento dos jogos, e menos ainda prender os jogadores. Segundo Paulo Barreto, na crônica *Jogatina*, o Rio de Janeiro em 1910 era o reino do jogo e da trapaça. Em todos os cantos da cidade, as apostas se proliferavam e a grande maioria dos habitantes tinha um gosto incontrolável por todos os tipos de loterias e casas de apostas. Os jornais mais tradicionais da cidade não saíam antes das duas e meia da tarde, pois os sorteios do jogo do bicho eram realizados às duas horas e muitas pessoas só compravam o jornal para saber qual animal tinha sido sorteado e se inspirar para o jogo do dia seguinte. Algumas vezes, em nome da moral e dos princípios, algumas pessoas se revoltavam e pediam para o chefe da polícia o fechamento das casas de jogos, apesar disso, essas mesmas pessoas jogavam incessantemente. Face a essa situação, a força policial se encontrava desarmada, como declara o autor. O excerto abaixo mostra a ineficácia da polícia diante do grande número de apostadores e a falta de provas para os incriminar. O bom funcionamento das casas de apostas e das loterias em contraste com o fraco número de prisões de jogadores representava também o conflito político cotidiano entre as aspirações das classes dominantes e a manutenção dos costumes e dos hábitos próprios da população carioca.

De vez em quando uma autoridade policial, como que desperta de um profundo sono, lembra-se que o jogo é uma contravenção prevista pela lei, faz tentativas para reprimi-lo...Mas diante da falta de provas para caracterizar o flagrante delito, as providências são integralmente inúteis (RIO, 2006, p. 122).

Ao analisarmos as crônicas de Paulo Barreto sobre os jogos de azar juntamente com a charge publicada pela *Gazeta de Notícias* percebemos como texto literário e notícia se aproximam promovendo a difusão de valores e princípios que irão construir o imaginário da população da cidade em relação às transformações sociais da época. A literatura divulgada pela imprensa teria a função de fornecer referências de comportamento facilitando a recepção de valores morais pelas diferentes camadas sociais. Entretanto, a ironia da crônica de Paulo Barreto e da ilustração sugerem que a atitude da população, em relação às regras impostas pelas autoridades brasileiras, concatena obediência e resistência expondo os limites dos mecanismos de controle e de repressão exercidos pela elite carioca. Mesmo diante de uma imprensa moralizadora, os grupos populares reivindicavam práticas próprias e autônomas.

3 Conclusão

A leitura dos textos de Paulo Barreto publicados em diferentes periódicos do Rio de Janeiro sugere como as transformações da cidade era um dos temas favoritos da imprensa do fim do século XIX e início do XX. Imprensa e literatura estavam diretamente vinculadas às diferentes tramas sociais que se desenvolviam na cidade. Espaço de produção de referências e campo de embates, os periódicos não somente serviram como instituição de controle social, que atendiam à estrutura de poder dominante agindo como difusor e mantenedor da ordem vigente, mas também como meio de resistência, não conformismo e vitrine de formas diversas de luta. Ao retratar o incômodo de seus personagens diante das mudanças físicas e simbólicas ocorridas na cidade, o autor contraria o discurso geral dos periódicos da cidade sugerindo como a imprensa também acabou sendo espaço de questionamento das novas normas impostas. O vínculo indissociável entre os textos de Paulo Barreto e os jornais, seu suporte de divulgação, revela uma série de ambiguidades e contradições no interior de processo de implantação da modernidade e de consolidação do capitalismo no Brasil: enquanto a imprensa tenta legitimar seu papel normalizador, a produção literária do cronista carioca repercute os incômodos e as insatisfações que as mudanças sociais geravam na população.

Referências

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (Brasil 1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010

BOUÇAS, Edmundo. Mascaramento da cidade: poses da modernização. In: LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo C. *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

BULGARELLI, Juliana. Les représentations de la modernité brésilienne dans l'œuvre de Paulo Barreto et ses pseudonymes. 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação "Europe Latine et Amérique Latine" do "Centre de Recherche sur les Pays Lusophones" - Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Paris, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1903 - 1910.

GOMES, Renato C. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMES, Renato C. João do Rio / por Renato Cordeiro Gomes. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GRANJA, Lúcia e ANDRIES, Lise (orgs). *Literaturas e Escritas da Imprensa: Brasil/França século XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

KOSMOS - Revista artística, Científica e Literária, Rio de Janeiro, out. 1906.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. E-book Kindle.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: A cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p. 46.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

RIO, João do. *O cinematografo*. Porto: Livraria Chardron, 1909.

RIO, João do. *O momento literário*. Curitiba: Crias Edições, 2006.

RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SALGADO, R. A Crônica Reporteira de João do Rio. Fortaleza: Edições Leo, 2006.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticheiro Juca Rosa*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

THÉRENTY, Marie-Ève. *La littérature au quotidien: poétiques journalistiques au XIXème siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2007. E-book Kindle

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VENTURA, Zuenir. “Jornalismo e Literatura: alianças e diálogos”. In: AZEREDO, José Carlos de. (Org.) *Letras & Comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2001.

X. A cidade. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1903,

X. A cidade. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1903.

Data de submissão: 18/07/2022

Data de aprovação: 18/07/2022